

EDUCAÇÃO

Ministério quer rescindir contrato sobre Caics

O ministro da Educação, Paulo Renato, espera achar uma fórmula sem prejuízo para o governo até março

TÂNIA MONTEIRO

BRASÍLIA — O Ministério da Educação está estudando uma fórmula jurídica capaz de rescindir o contrato de construção de Caics (Centros de Atendimento Integral à Criança) sem dar prejuízo ao governo. A solução encontrada será anunciada no início de março. O fim do programa dos Caics foi anunciado pelo ministro da Educação, Paulo Renato Souza. Ele garantiu, entretanto, que os 178 centros que estão previstos para serem construídos este ano serão concluídos.

O projeto dos Caics deveria ter sido desativado quando o ex-presidente Itamar Franco assumiu o governo. A idéia, no entanto, não foi levada adiante porque o ex-ministro da Educação Murílio Hingel se encantou com o projeto educacional dos Caics e resolveu dar continuidade a ele. Mas Itamar fez questão de deixar claro que nunca "engoliu" os Caics, por considerá-los completamente distantes da realidade do País. Por isso mesmo, durante os dois anos de seu governo, não inaugurou nenhum Caic, nem mesmo em sua cidade, Juiz de Fora.

Preocupada com a possibilidade de o projeto ser mantido, a assessora especial de Itamar, Ruth Hargreaves, que permaneceu no governo, no dia da primeira reunião ministerial do presidente Fernando Henrique, na Granja do Torto, chamou o ministro Paulo Renato e sugeriu que ele deveria dar um fim ao projeto. "É bom acabar logo com eles, antes que o senhor também se encante com os Caics, como aconte-



Edivaldo Ferreira/AE

Caic construído em Brasília: previsão inicial de gasto de US\$ 1,2 milhão por unidade acabou saltando para US\$ 2,5 milhões

ceu com o Hingel", brincou ela. O alerta serviu apenas para reforçar a tese tanto de Fernando Henrique quanto de Paulo Renato. Os dois já estavam decididos a abandonar os Caics, por considerá-los megalomaniacos.

"Ao projetar os Caics, o governo errou o alvo e desperdiçou recursos", declarou Thomaz de Aquino, que é responsável pelo espólio das 12 fábricas de Caics espalhadas pe-

lo País. O rompimento do contrato com as nove empreiteiras responsáveis pelas obras deverá ser anunciado logo após o carnaval. A primeira providência do governo, para evitar maiores problemas jurídicos com as empresas, será liberar a capacidade produtiva das fábricas de Caics, porque o contrato redigido na época do ex-presidente Fernando Collor exigia exclusividade.

O governo quer ainda encontrar

usos alternativos para as fábricas de Caics. Antes, porém, precisará alterar o contrato redigido à época, que determinava que as fábricas só podiam produzir escolas. No lugar de fazer escolas gigantescas, o governo quer usar as fábricas, por exemplo, para construir casas populares, fazer canalização de córregos ou até mesmo irrigação, mediante alteração do projeto.

Dos 5 mil Caics projetados ini-

cialmente para serem construídos em 40 meses, a partir de março de 1990, cinco anos depois, existem apenas 270 construídos e 178 já contratados, totalizando 448 Caics que ficarão prontos no final. O governo não sabe, entretanto, quantos funcionam regularmente e vai fazer um levantamento para conhecer de perto a real situação dessas escolas. Os prazos de construção das escolas também foram esticados. Embora o

cronograma estime que cada Caic leve cinco meses para ser construído, ele está demorando, em média, 18 meses para ficar pronto.

Os custos dos Caics, segundo Thomaz de Aquino, também foram subestimados. A previsão inicial de se gastar US\$ 1,2 milhão por escola acabou se transformando em US\$ 2,5 milhões por unidade. Os 270 Caics que já estão prontos consumiram US\$ 700 milhões.